

**ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE
DO TURISMO NACIONAL
DESTINOS INDUTORES
DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL**

PARANAGUÁ

2013



APRESENTAÇÃO

Com o intuito de auxiliar destinos turísticos, fornecendo informações que contribuam para a análise, a conjugação e o equilíbrio dos diversos fatores que, para além da atratividade, contribuem para a evolução da atividade turística, o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) deram início, em 2008, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, o Estudo de Competitividade passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

A metodologia que gera índices em 13 dimensões ligadas à atividade turística permite monitorar a eficiência de um destino turístico sob a ótica da competitividade – conceito que impulsiona o destino a superar-se ano após ano, proporcionando ao turista uma experiência cada vez mais positiva.

Este índice tem o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. A partir da identificação e do acompanhamento de indicadores objetivos, e da geração de um diagnóstico da realidade local, torna-se mais viável a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística.

O presente relatório apresenta individualmente os valores que o destino obteve nas 13 dimensões abordadas pelo estudo e reúne as análises sobre os resultados consolidados. Tais resultados foram gerados a partir de respostas coletadas no município pela Fundação Getulio Vargas de maio a agosto de 2013.

Com este documento, o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e a FGV esperam fornecer aos destinos turísticos indicadores nacionais de eficiência que delineiem um termômetro da realidade da atividade no País. Conhecendo os aspectos passíveis de mensuração, cada destino verá ampliada sua capacidade de gestão dos recursos disponíveis e de intervenção sobre seus pontos fortes e fracos.

Ministério do Turismo

Sebrae Nacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SUMÁRIO.....	3
1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE	4
2. RESULTADOS	6
2.1. Índice geral	6
2.2. Infraestrutura geral	9
2.3. Acesso	10
2.4. Serviços e equipamentos turísticos	12
2.5. Atrativos turísticos	14
2.6. Marketing e promoção do destino	16
2.7. Políticas públicas.....	18
2.8. Cooperação regional.....	20
2.9. Monitoramento	22
2.10. Economia local	23
2.11. Capacidade empresarial.....	25
2.12. Aspectos sociais	26
2.13. Aspectos ambientais.....	28
2.14. Aspectos culturais.....	30
3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE.....	32

1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE

A fim de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008, o Ministério do Turismo (MTur), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) consolidam, no presente documento, os resultados da edição 2013 do *Índice de Competitividade do Turismo Nacional*.

Para realizar este estudo, pesquisadores da Fundação Getulio Vargas permanecem uma semana em cada destino aplicando um questionário com perguntas que incluem dados primários e secundários em 13 dimensões – Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e equipamentos turísticos, Atrativos turísticos, Marketing e promoção do destino, Políticas públicas, Cooperação regional, Monitoramento, Economia local, Capacidade empresarial, Aspectos sociais, Aspectos ambientais e Aspectos culturais.

Todas as perguntas que integram as 13 dimensões do questionário compõem o Índice de Competitividade do destino, ou seja, mensuram ***a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.***

Com base nas informações coletadas, foram atribuídos pontos às perguntas e pesos às variáveis, gerando índices para cada dimensão. Utilizou-se, por sua vez, um conjunto de pesos na ponderação das dimensões, que resultou em um índice global de competitividade do destino.

Para fins de análise, os índices de competitividade foram divididos em cinco níveis com escala de 0 a 100¹:

Nível 1: intervalo entre 0 e 20;

Nível 2: intervalo entre 21 e 40;

Nível 3: intervalo entre 41 e 60;

Nível 4: intervalo entre 61 e 80;

¹ Para o posicionamento em níveis, segundo a escala proposta, utilizou-se o critério de arredondamento das pontuações. Por exemplo: abaixo de 20,4, a pontuação posicionou-se no nível 1 (entre 0 e 20); acima de 20,5, classificou-se no nível 2 (entre 21 e 40), e assim por diante.

Nível 5: destinos com índices entre 81 e 100.

Serão apresentados, portanto, os resultados consolidados do destino em 2013: o índice geral de competitividade do destino e o indicador em cada uma das 13 dimensões avaliadas. O documento apresenta ainda a média Brasil (média dos indicadores obtidos pelos 65 destinos) e a média das cidades não capitais. Estes dados poderão ser comparados aos resultados obtidos nos anos anteriores, o que permitirá observar a evolução dos índices, graças à série histórica que vem sendo construída.

Para que o município avaliado possa comparar os resultados das cinco edições da pesquisa, é importante observar os critérios estatísticos nos quais esse levantamento se baseia. Considerou-se que o índice se manteve estável em casos de aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere um índice como evolução ou regressão, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos, no total geral ou em qualquer uma das 13 dimensões.

Uma vez conhecidos os índices nacionais de competitividade (média Brasil e média das não capitais), recomenda-se que cada destino analise seus resultados de forma crítica, ponderando questões ligadas às suas características geográficas, econômicas e ao posicionamento, a fim de entender que os resultados de determinada dimensão serão influenciados por esses fatores. Dessa forma, não se espera que alguns destinos alcancem, necessariamente, o índice mais alto em todas as dimensões. Isso é especialmente aplicado a alguns destinos não capitais ou que estejam direcionados a nichos específicos de mercado.

Uma leitura criteriosa e consciente dos índices obtidos poderá fornecer referências para um planejamento que favoreça os pontos fortes e minimize os impactos de aspectos inibidores do desenvolvimento do destino turístico.

O principal objetivo deste relatório é permitir que os destinos estudados utilizem essas informações para planejar e tirar partido de vantagens competitivas, norteando a elaboração de políticas públicas que eliminem, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

2. RESULTADOS

A pesquisa em Paranaguá foi realizada entre os dias 24 e 28 de junho de 2013, período em que foram entrevistados diversos representantes dos setores público e privado, associações de classe, entre outros, para coletar os dados que compõem o índice de competitividade do destino.

Aplicou-se, também, o método de observação *in loco* para a avaliação dos destinos. Em complemento aos dados coletados em campo, a pesquisa utilizou diversas informações disponíveis em fontes oficiais.

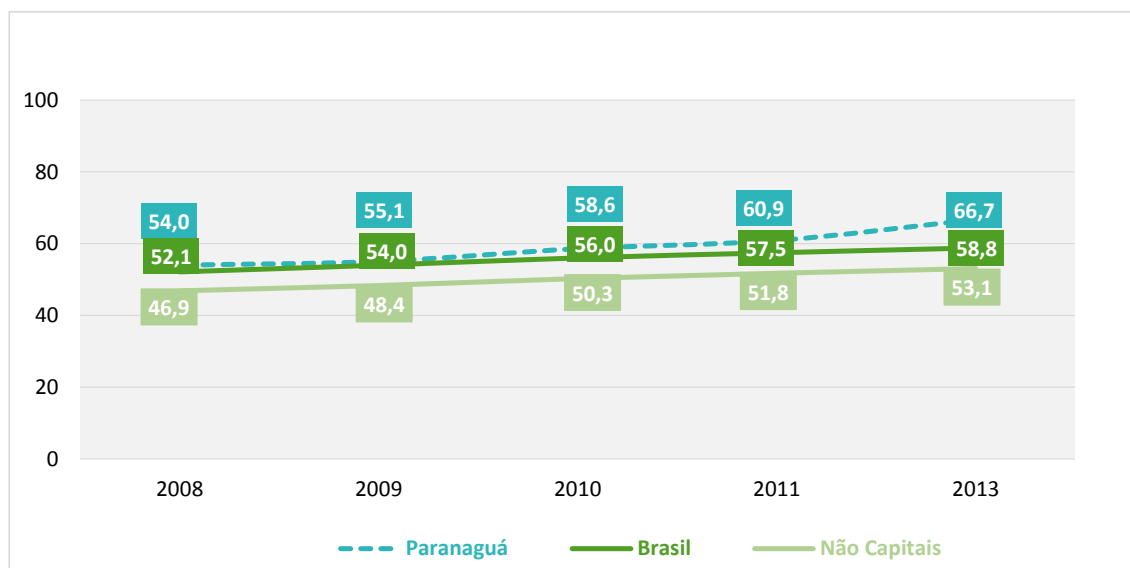
Além dos índices alcançados pelo destino em cada dimensão, serão destacados, a seguir, os principais fatores que contribuíram para tais resultados.

2.1. Índice geral

O índice geral de competitividade do destino turístico indutor refere-se à soma ponderada das 13 dimensões avaliadas.

O índice geral do destino em 2013 foi de 66,7 (nível 4). Esse resultado, apresentado no gráfico a seguir, ficou acima do índice obtido em 2011 (60,9):

Gráfico 1. Índices gerais de competitividade – destino x Brasil: 2008-2013

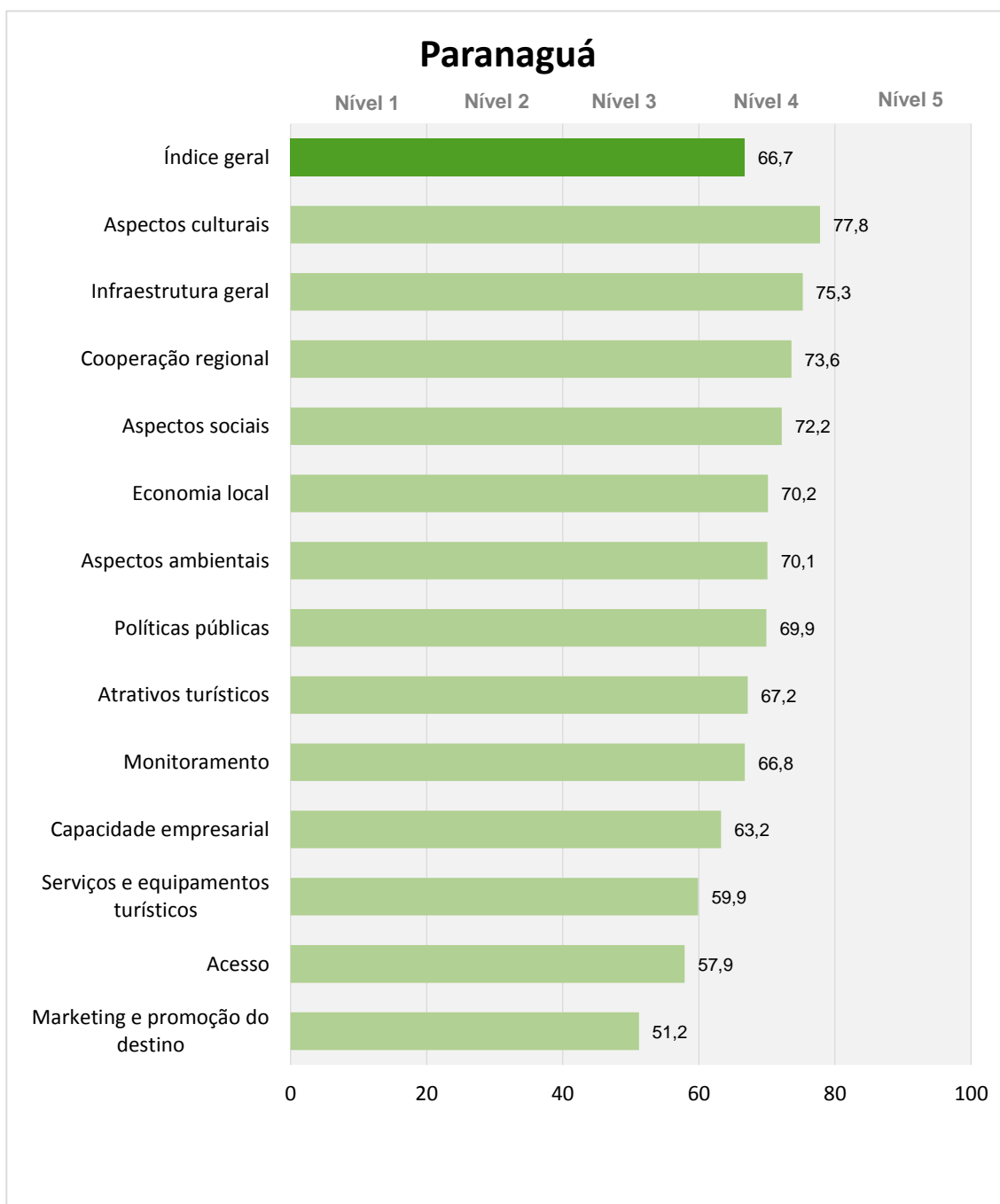


Observa-se no Gráfico 1 o comportamento dos indicadores do destino ao longo das cinco edições da pesquisa. Em 2013, o índice evoluiu, mantendo-se no mesmo nível de competitividade que 2011.

O Gráfico 1 apresenta a média Brasil e média das não capitais, demonstrando que o índice do destino seguiu a tendência nacional de evolução gradual. Considerando os resultados obtidos por todos os 65 destinos avaliados em 2013, a média Brasil, índice referencial da competitividade nacional, foi de 58,8. A média dos índices das não capitais foi de 53,1.

Os resultados apresentados a seguir apontam que, das 13 dimensões avaliadas, as que obtiveram melhores desempenhos, com índices acima do nível 4 (61 a 80), foram Aspectos culturais, Infraestrutura geral e Cooperação regional, conforme o gráfico a seguir. Por sua vez, as dimensões com os menores níveis de competitividade são Marketing e promoção do destino, Acesso e Serviços e equipamentos turísticos, as quais não ultrapassaram o nível 3 (abaixo de 60,4).

Gráfico 2. Índices por dimensão em ordem decrescente de desempenho

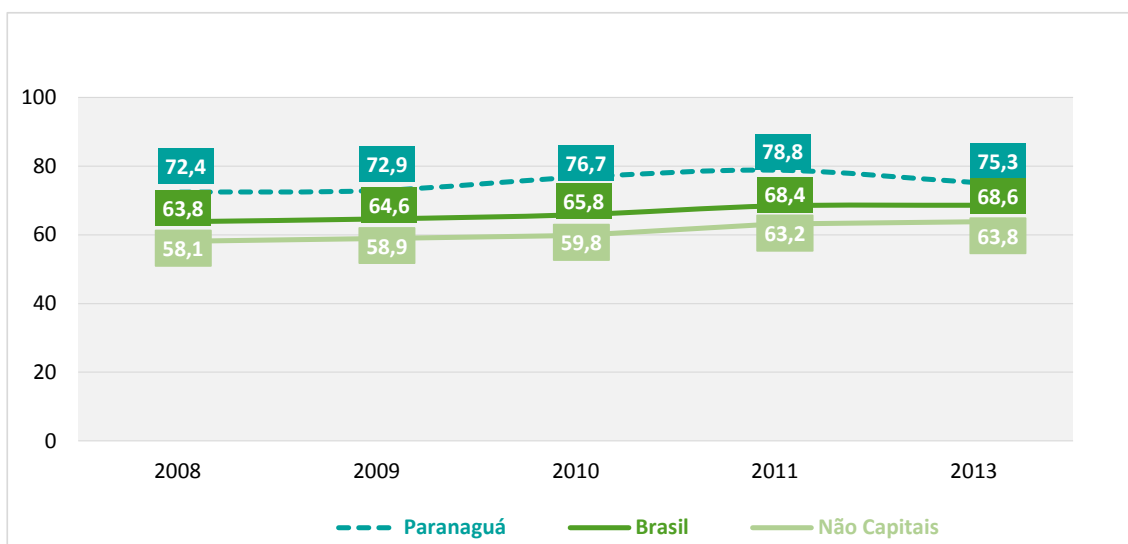


2.2. Infraestrutura geral

O *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* considerou as seguintes variáveis referentes à *Infraestrutura geral*: (i) capacidade de atendimento médico para o turista no destino; (ii) fornecimento de energia; (iii) serviço de proteção ao turista; e (iv) estrutura urbana nas áreas turísticas.

Em *Infraestrutura geral*, a média Brasil em 2013 foi de 68,6. Paranaguá registrou 75,3 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 3. Índices Infraestrutura geral – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 63,8 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, tais como:

- Disponibilidade, no destino, de serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas com estrutura para cirurgias de emergência, transfusão de sangue e UTI;
- Fornecimento ininterrupto de energia elétrica no período de alta temporada;
- Presença de Corpo de Bombeiros com grupo de busca e salvamento;
- Existência de Defesa Civil no destino;
- Existência de elementos de drenagem nas áreas turísticas;

- Presença de órgão responsável pela conservação urbana;
- Disponibilidade de lixeiras e telefones públicos em quantidade suficiente no entorno das áreas turísticas.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Fornecimento descontínuo de energia elétrica no período de chuvas, na Ilha do Mel;
- Ausência de grupamento de polícia militar especializado no atendimento ao turista;
- Inexistência de programa de proteção ao turista na Polícia Civil;
- Quantidade insuficiente ou má conservação de banheiros públicos, abrigos de ônibus e pontos de iluminação no entorno das áreas turísticas.

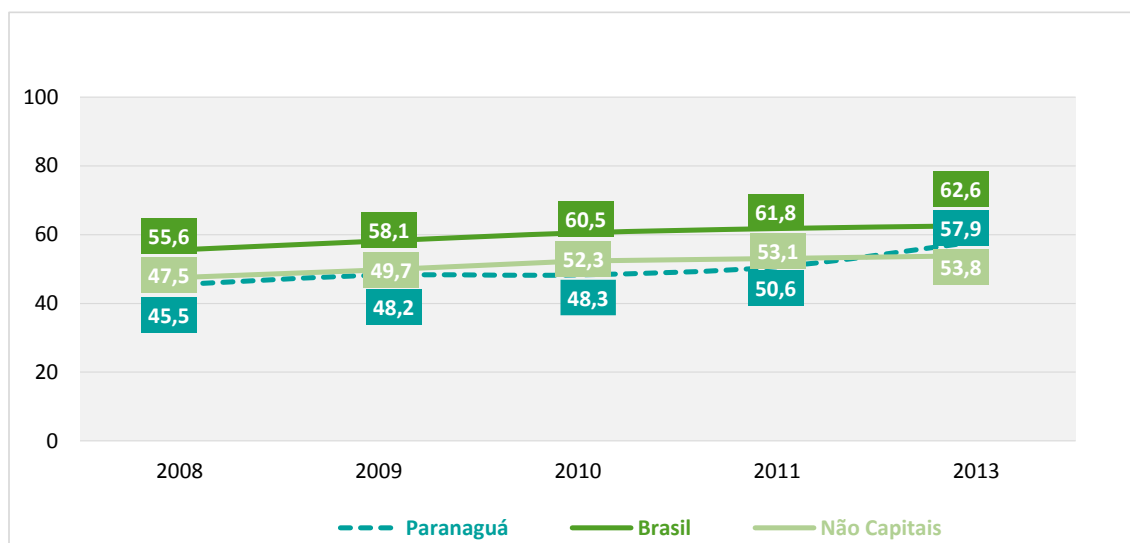
Além desses fatores, foram considerados na composição do índice, indicadores de saúde como a expectativa de vida da população, o número de estabelecimentos com atendimento de urgência, o número de postos ambulatoriais de atendimento, o número de profissionais de saúde e o número de leitos.

2.3. Acesso

Nesta dimensão foram consideradas as seguintes variáveis: (i) acesso aéreo; (ii) acesso rodoviário; (iii) acesso aquaviário; (iv) acesso ferroviário; (v) sistema de transporte no destino; e (vi) proximidade de grandes centros emissores de turistas.

Em *Acesso*, a média Brasil em 2013 foi de 62,6. O destino registrou 57,9 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 4. Índices Acesso – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 53,8 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Entre os fatores que contribuíram favoravelmente para o índice de competitividade do destino nesta dimensão, constam:

- Aeroporto que atende ao município fora de seu território – Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais, dotado de facilidades para pessoas com deficiência, sinalização interna em idioma estrangeiro, centro de atendimento ao turista, lojas e restaurantes;
- Opções de transporte público ou concessões para atender àqueles que desembarcam nesse aeroporto – táxi comum e ônibus convencional e executivo, conforme visita técnica;
- Existência de um terminal rodoviário no destino, com serviço de táxi e iluminação suficiente das plataformas de embarque e desembarque;
- Terminal aquaviário – Porto de Paranaguá – que atende ao município e pelo qual embarcam e desembarcam turistas;
- Ausência de congestionamentos no destino;
- Linhas de transporte urbano que atendem às principais atrações turísticas;
- Serviços de táxi regularizados e padronizados.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

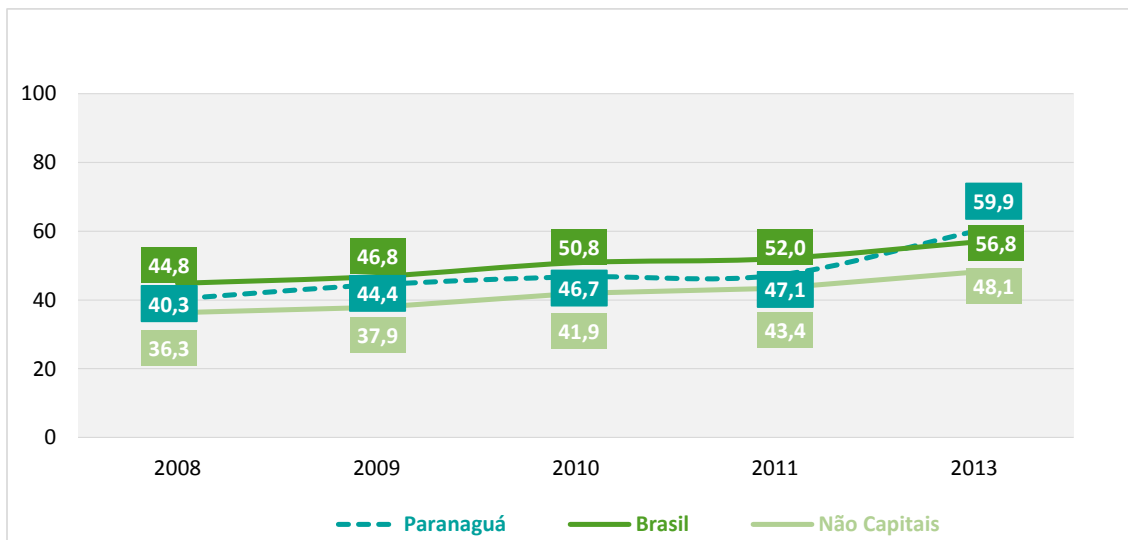
- Inadequação de serviços no terminal rodoviário que atendam ao destino, tais como: condições de acessibilidade fora dos padrões recomendados para pessoas com deficiência, má conservação dos sanitários, qualidade e quantidade insuficiente das condições de conforto do terminal (assentos, limpeza, silêncio, refrigeração);
- Falta de regularidade no serviço de transporte ferroviário que deveria atender ao destino e condições de infraestrutura da estação de trem;
- Inexistência de linha regular de transporte turístico (ônibus ou similar) que interligue os principais atrativos do destino, até a data da realização do estudo de campo; e
- Carência de vagas para estacionamento nas áreas turísticas, sobretudo no centro da cidade.

2.4. Serviços e equipamentos turísticos

A dimensão *Serviços e equipamentos turísticos* contemplou as seguintes variáveis: (i) sinalização turística; (ii) Centro de Atendimento ao Turista - CAT; (iii) espaços para eventos; (iv) capacidade dos meios de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) estrutura de qualificação para o turismo; e (vii) capacidade dos restaurantes.

Em *Serviços e equipamentos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 56,8. O destino registrou 59,9 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 5. Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 48,1 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva pela verificação de fatores, entre os quais:

- Sinalização turística viária nos padrões internacionais recomendados pelo Mtur;
- Sinalização turística descritiva ou interpretativa em alguns atrativos e prédios do centro histórico, disponível também em idioma estrangeiro;
- Existência de quatro Centros de Atendimento ao Turista no destino, que oferecem diversos serviços, como mapas, profissionais que fornecem informações sobre o destino e seu entorno e display com folders e propagandas de serviços para os turistas;
- Oferta de espaços para a realização de eventos, como o pavilhão de feiras da Isulpar e salas em hotéis para eventos com até 300 participantes;
- Presença de uma empresa de receptivo que oferece diversos serviços aos turistas, inclusive com atendimento em idioma estrangeiro; e
- Instituições de qualificação profissional que oferecem cursos livres, técnicos e de graduação nas áreas relacionadas ao turismo no município, como hotelaria e gastronomia, formação de guias e condutores e graduação em Turismo.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

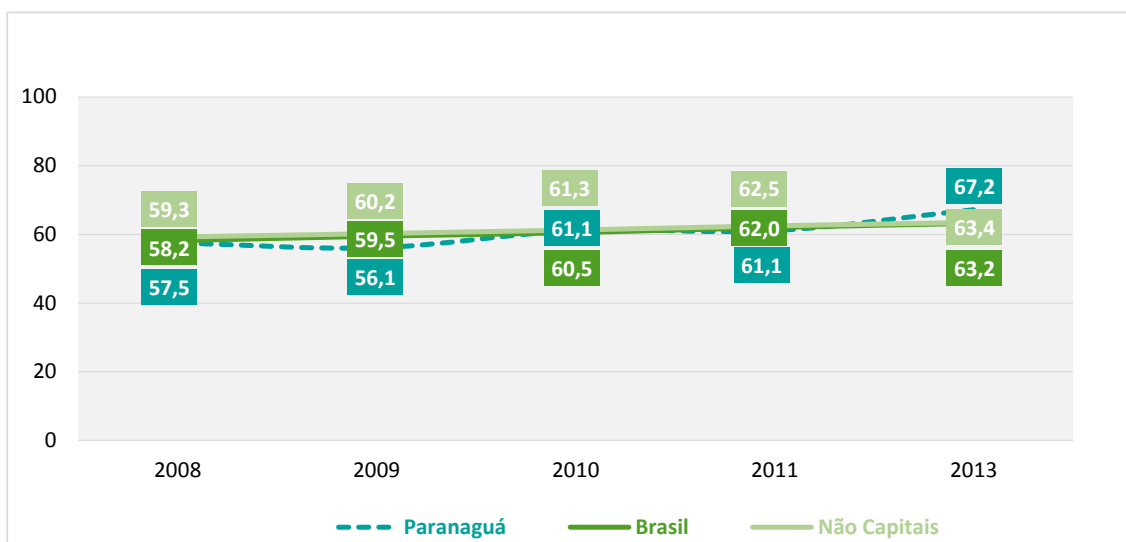
- Cobertura da sinalização turística viária, que se restringe a poucas ruas do centro e conta com quantidade insuficiente de placas;
- Ausência de sinalização turística viária em idioma estrangeiro;
- Falta de sinalização turística descritiva ou interpretativa nos principais atrativos, como o Santuário do Rocio ou os acessos e píeres da Ilha do Mel, devido à pequena cobertura desse tipo de sinalização;
- Ausência de um centro de convenções que atenda ao destino;
- Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em estabelecimentos de hospedagem, apesar de meios de hospedagem da Ilha do Mel demonstrarem o sucesso de iniciativas executadas em parceria com a Isulpar, mesmo sem uma contrapartida pública;
- Não cumprimento dos quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida por parte da maioria dos meios de hospedagem;
- Inexistência de guias de turismo licenciados e com cadastro atualizado no Ministério do Turismo (MTur), no destino; e
- Inexistência de Código Sanitário Municipal.

2.5. Atrativos turísticos

Na dimensão *Atrativos turísticos*, o *Estudo de Competitividade* analisou as seguintes variáveis: (i) atrativos naturais; (ii) atrativos culturais; (iii) eventos programados; e (iv) realizações técnicas, científicas ou artísticas.

Em *Atrativos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 63,2. O destino registrou 67,2 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 6. Índices Atrativos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 63,4 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para os quais há fluxo turístico, tais como a Ilha do Mel, o Conjunto de ilhas e manguezais da Baía de Paranaguá e a estrada da Graciosa;
- Evidência de conservação ambiental do entorno do principal atrativo natural indicado, conforme observado em visita técnica;
- Respeito ao limite de capacidade de carga/suporte, conforme previsto no estudo de capacidade de carga da Ilha do Mel, que restringe sua visitação máxima a 5 mil pessoas por dia;
- Presença de atrativos culturais com fluxo turístico, dos quais foram indicados como principais: o centro histórico de Paranaguá, o Santuário de Nossa Senhora do Rocio e a estação ferroviária;
- Existência de eventos programados que atraem turistas, entre os quais: a Festa de Nossa Senhora do Rocio, a Festa da Tainha e o carnaval;
- O local onde acontece o principal evento programado indicado – Festa de Nossa Senhora do Rocio – conta com boa estrutura física (áreas pavimentadas e delimitadas, estrutura permanente de energia e água),

conservação urbanística e ambiental no seu entorno e alguns quesitos de acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais;

- Existência de atrativos de realizações técnicas, científicas ou artísticas que atraem visitantes ao longo de todo o ano com interesse específico, independentemente de uma data especial no calendário de eventos, com destaque para o Porto de Paranaguá, principal atrativo indicado nesta categoria; e
- São adotados quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência na estrutura existente para atendimento a visitantes no Porto.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

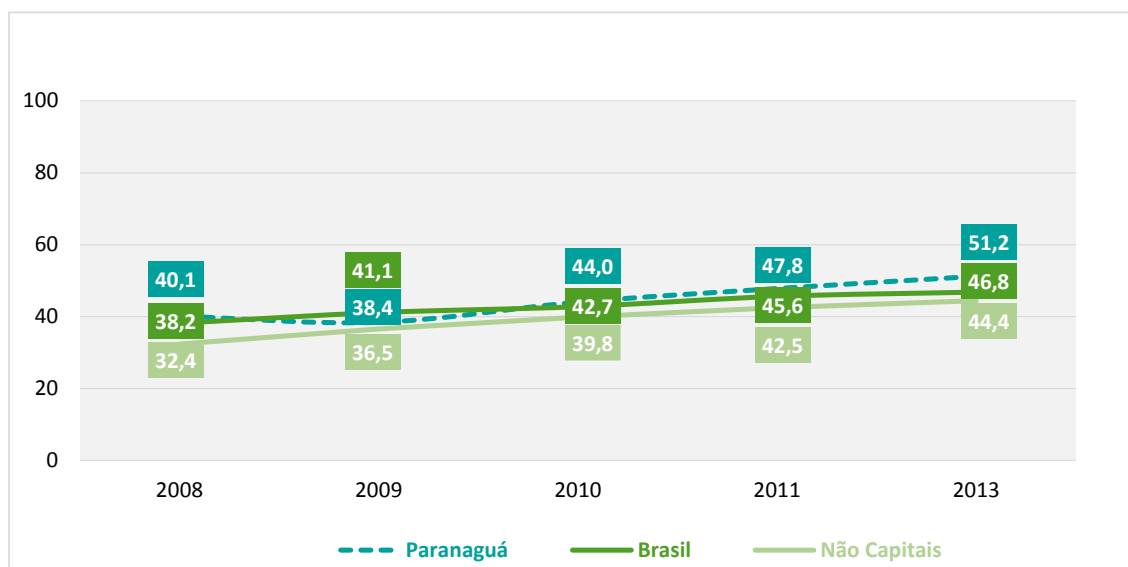
- A estrutura disponível na Ilha do Mel carece de melhorias: o trapiche das Encantadas precisa de reforma no telhado e a sinalização dentro da Ilha precisa ser revista;
- Carência de recursos que viabilizem o acesso ou circulação de pessoas com deficiência na Ilha do Mel; e
- Estado de conservação urbanística e ambiental do entorno do centro histórico, principal atrativo cultural indicado, que também carece de estrutura de apoio aos visitantes e de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

2.6. Marketing e promoção do destino

Na dimensão *Marketing e promoção do destino* foram consideradas as seguintes variáveis: (i) plano de marketing; (ii) participação em feiras e eventos; (iii) promoção do destino; e (iv) página do destino na internet (*website*).

Em *Marketing e promoção do destino*, a média Brasil em 2013 foi de 46,8. O destino registrou 51,2 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 7. Índices Marketing e promoção do destino – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 44,4 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador na dimensão *Marketing e promoção do destino* foi influenciado de forma positiva por fatores, entre os quais:

- Participação em feiras e eventos do setor de turismo nos últimos dois anos;
- Participação contínua em feiras e eventos de outros setores (não voltados especificamente ao setor de turismo), de forma a ampliar a promoção do destino para públicos específicos no mercado nacional e no mercado internacional, como aqueles eventos voltados para atividades portuária ou para preservação do patrimônio histórico;
- Avaliação dos resultados dos eventos dos quais o destino participa, por meio de contagem de relacionamentos estabelecidos e de negócios efetivados. Esta prática ocorre em eventos de turismo e em eventos de outros setores não diretamente ligados ao turismo;
- O destino turístico produziu, nos últimos cinco anos, evento próprio para se promover fora de seu território, como o Dia de Paranaguá, realizado em Curitiba;
- Existência de material promocional institucional disponível em idioma estrangeiro;
- O material promocional do destino passa por revisão ortográfica profissional;

- Agenda de eventos disponível para consulta gratuitamente e online;
- Informações turísticas sobre o destino na página institucional do município na *internet* – acessível pelo endereço www.paranagua.pr.gov.br; e
- Existência de página promocional de turismo do destino, acessível pelo endereço www.fumtur.com.br, também disponível em idioma estrangeiro.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

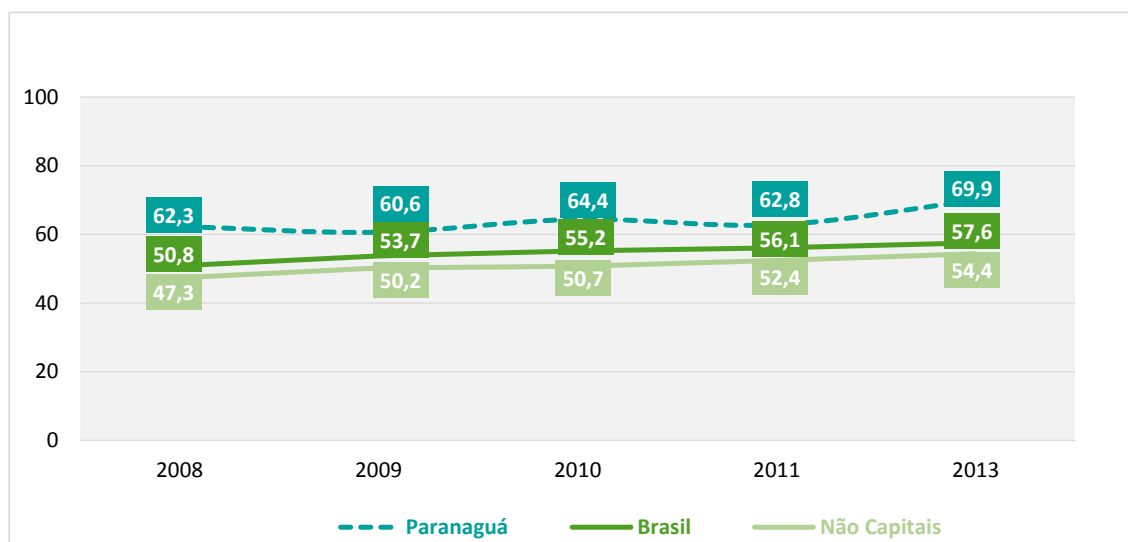
- Inexistência de plano de marketing formal para o destino, o qual poderia ser elaborado com a colaboração de diversos atores, contendo metas e seus indicadores de desempenho, atribuição de responsabilidades, e fundamentado em pesquisa sobre a demanda turística, contemplando a relação com agências e operadoras;
- Não existe plano similar de marketing regional, que estabeleça ações e metas de mercado para o turismo no destino;
- O material promocional do destino não alerta o visitante sobre ações de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, tampouco sobre a importância de preservar o meio ambiente; e
- Ausência de informações, na página promocional de turismo do destino, que deixem claro aos potenciais turistas a preocupação em prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e em conservar o meio ambiente.

2.7. Políticas públicas

Para avaliar a dimensão *Políticas públicas* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura municipal para apoio ao turismo; (ii) grau de cooperação com o governo estadual; (iii) grau de cooperação com o governo federal; (iv) planejamento para a cidade e para a atividade turística; e (v) grau de cooperação público-privada.

Em *Políticas públicas*, a média Brasil em 2013 foi de 57,6. O destino registrou 69,9 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 8. Índices Políticas públicas – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 54,4 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Contribuíram de maneira positiva para a composição do indicador de competitividade nesta dimensão fatores como:

- Existência de um órgão municipal - Fundação Municipal de Turismo – com atribuição de coordenar ou incentivar o desenvolvimento do turismo – e que dispõe de recurso próprio extraorçamentário para coordenar e incentivar o desenvolvimento do setor;
- A Fundação Municipal de Turismo desenvolveu, no ano anterior, projetos em conjunto com outras secretarias em atividades relacionadas ao turismo;
- Presença de instância de governança local ativa – em formato de conselho municipal de turismo (Comtur) - dedicada ao acompanhamento da atividade turística;
- Existência de Plano Diretor Municipal, revisado recentemente e que contempla o setor de turismo;
- Existência de planejamento formal para o setor de turismo, o Plano Anual de Desenvolvimento de Turismo, aprovado pelo Comtur; e
- Execução de ações e projetos em parceria com a iniciativa privada ou com entidades de classe representativas do setor ao longo do ano anterior, com

destaque para a mobilização em torno da recepção a navios de cruzeiro no Porto de Paranaguá.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

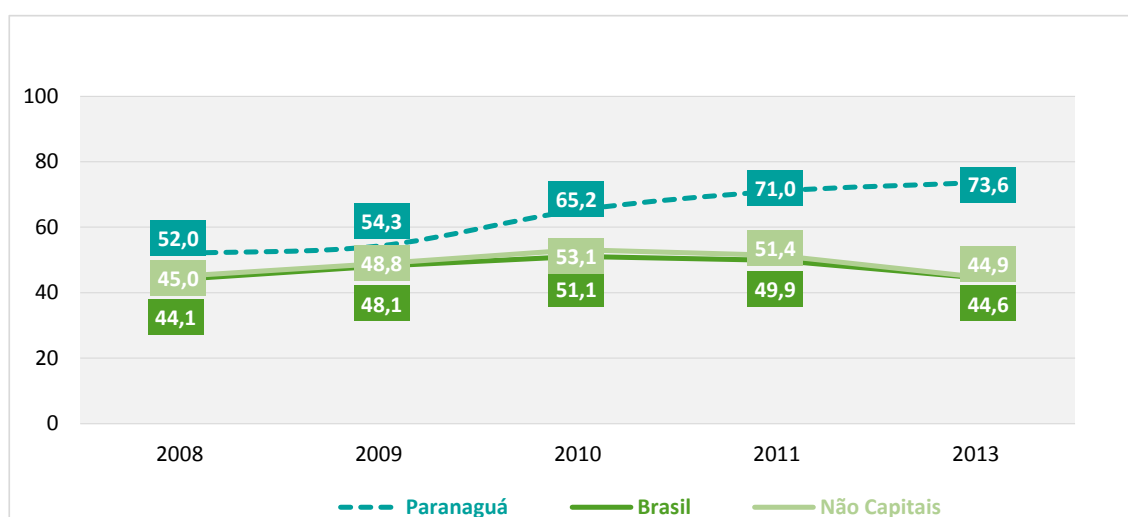
- Não recebimento de recursos de emendas parlamentares para o turismo no ano anterior; e
- Falta de investimentos diretos do governo estadual em projetos que visam ao desenvolvimento do turismo, no ano anterior.

2.8. Cooperação regional

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes à *Cooperação regional*: (i) governança; (ii) projetos de cooperação regional; (iii) planejamento turístico regional; (iv) roteirização; e (v) promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

Em *Cooperação regional*, a média Brasil em 2013 foi de 44,6. O destino registrou 73,6 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 9. Índices Cooperação regional – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 44,9 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Cooperação regional*, alguns dos fatores que exerceram impacto positivo sobre o índice foram:

- O destino faz parte de uma instância de governança regional - Agência de Desenvolvimento de Turismo do Litoral do Paraná (Adetur-Litoral) – que conta com a participação ativa de diversos atores do segmento turístico da região do Litoral do Paraná e que está formalmente constituída seguindo os princípios do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo;
- A instância de governança regional dispõe de um gestor executivo com dedicação parcial à coordenação e realiza parcerias com os setores públicos e privados dos municípios que representa;
- A instância de governança regional mantém reuniões mensais, conta com recurso próprio e dispõe de suporte – oferecido pelo setor privado e pelas prefeituras dos municípios participantes – para a condução de suas atividades;
- Foram realizadas ações, como o Festival de Turismo do Litoral, para mobilizar atores do segmento turístico do destino para a importância da cooperação regional, no ano anterior;
- Existência de plano de desenvolvimento turístico integrado para a região, produzido pelo Governo do Estado, embora já defasado, no qual estão previstas atribuição de responsabilidades e metas de mercado, cujas ações e projetos contemplam o município avaliado;
- O destino integra roteiros regionais, comercializados por operadores e/ou agências, elaborados com informações de inventário ou cadastro da oferta turística, estruturados com a participação de atores do *trade* turístico;
- A elaboração dos roteiros regionais dos quais o destino faz parte considerou questões de sustentabilidade, como os princípios de sustentabilidade constantes nos documentos do Plano de Regionalização;
- No ano anterior, o destino participou de eventos para a promoção e comercialização dos roteiros regionais e da região turística dos quais faz parte;
- Existência de página institucional da região turística na internet – acessível no endereço www.adeturlitoral.com.br.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador nesta dimensão, estão:

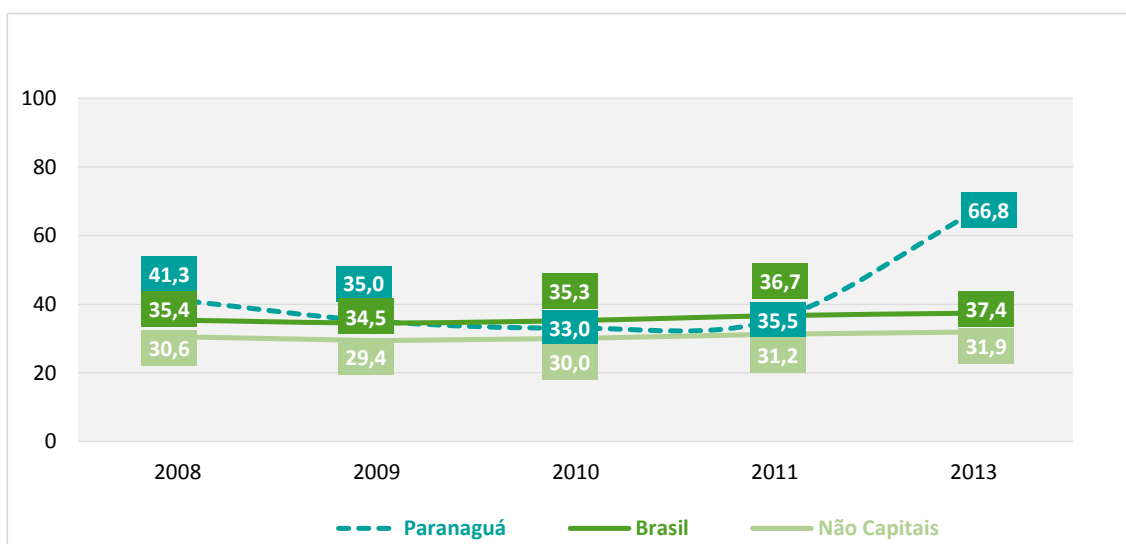
- Nos roteiros regionais dos quais o destino faz parte não foi previsto o monitoramento de aspectos relacionados à sustentabilidade à época de sua elaboração; e
- O destino não coproduz material promocional da região turística da qual faz parte.

2.9. Monitoramento

Na dimensão *Monitoramento* foram considerados os seguintes quesitos: (i) pesquisa de demanda; (ii) pesquisa de oferta; (iii) sistema de estatísticas do turismo; (iv) medição dos impactos da atividade turística; e (v) setor específico de estudos e pesquisas.

Em *Monitoramento*, a média Brasil em 2013 foi de 37,4. O destino registrou 66,8 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 10. Índices Monitoramento – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 31,9 (nível 2), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Monitoramento*, o indicador foi influenciado de forma positiva por:

- Existência de pesquisa de demanda periódica, realizada trimestralmente, que gera dados relevantes para o planejamento do turismo no destino;
- Existência de pesquisa de oferta – Inventário – realizado, pela última vez, em 2011;
- Aproveitamento e divulgação dos dados coletados na pesquisa de demanda e de oferta em planejamento, políticas públicas e ações de marketing e promoção, entre outros;
- Elaboração de relatórios de conjuntura turística;
- Acompanhamento contínuo dos objetivos da política em turismo em nível estadual e federal; e
- Existência de setor específico de estudos no âmbito da administração pública local, que realiza pesquisas em turismo.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

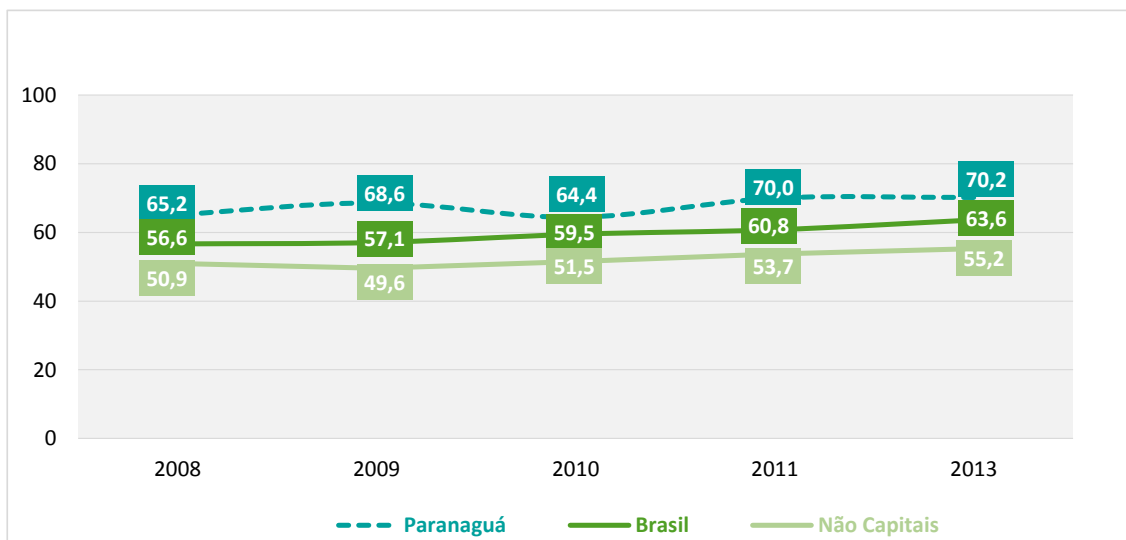
- Ausência de um conjunto de estatísticas turísticas;
- Falta de monitoramento dos impactos econômicos, sociais e ambientais gerados pelo turismo;
- Não há profissional graduado em Estatística no setor específico de estudos que realiza pesquisas em turismo no destino.

2.10. Economia local

Para avaliar a dimensão *Economia local* foram considerados os seguintes aspectos: (i) aspectos da economia local; (ii) infraestrutura de comunicação; (iii) infraestrutura e facilidades para negócios; e (iv) empreendimentos ou eventos alavancadores.

Em *Economia local*, a média Brasil em 2013 foi de 63,6. O destino registrou 70,2 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice estável em relação ao obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 11. Índices Economia local – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 55,2 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Nesta dimensão, dados econômicos de fontes secundárias também foram observados, como o PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por fatores como:

- Presença de caixas eletrônicos de autoatendimento para saques com cartões de crédito internacionais;
- Existência de políticas locais ou regionais de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, realizadas em parceria com o Sebrae;
- Oferta de benefícios financeiros locais ou regionais (linhas especiais de financiamento) para empreendimentos e serviços ligados ao setor por meio da Agência de Fomento do Paraná; e
- Existência de um polo de negócios significativo – complexo portuário e pesqueiro – que movimentava a economia local, e gera fluxo turístico receptivo.

Entre os fatores que limitam a evolução do indicador, estão:

- Indisponibilidade de acesso gratuito à internet em locais públicos;
- Ausência de benefícios locais de isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo; e

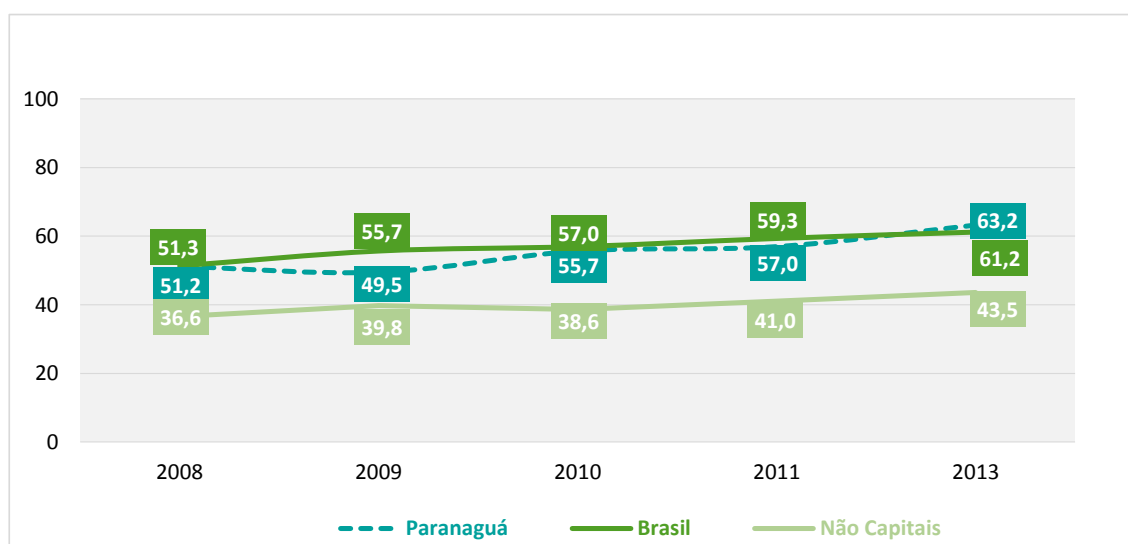
- Inexistência de um *Convention & Visitors Bureau* do destino ou da região da qual o destino faz parte, instituição que poderia auxiliar o destino na captação de eventos, na promoção e divulgação dos atrativos e no planejamento turístico em curto, médio e longo prazo.

2.11. Capacidade empresarial

O *Estudo de Competitividade* considerou os seguintes quesitos referentes à *Capacidade empresarial*: (i) capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local; (ii) presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; (iii) concorrência e barreiras de entrada; e (iv) presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias.

Em *Capacidade empresarial*, a média Brasil em 2013 foi de 61,2. O destino registrou 63,2 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 12. Índices Capacidade empresarial – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 43,5 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de instituições de ensino com programas regulares de formação técnica, de formação superior e de cursos livres, e de escolas de formação em idioma estrangeiro;
- Presença de grupos de redes nacionais ou internacionais do setor de turismo, no segmento de locação de automóveis;
- Existência de adensamentos de empreendimentos turísticos que fomentam o empreendedorismo como arranjos produtivos locais; e
- Presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias com mais de mil funcionários e de empresas que exportam perecíveis.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

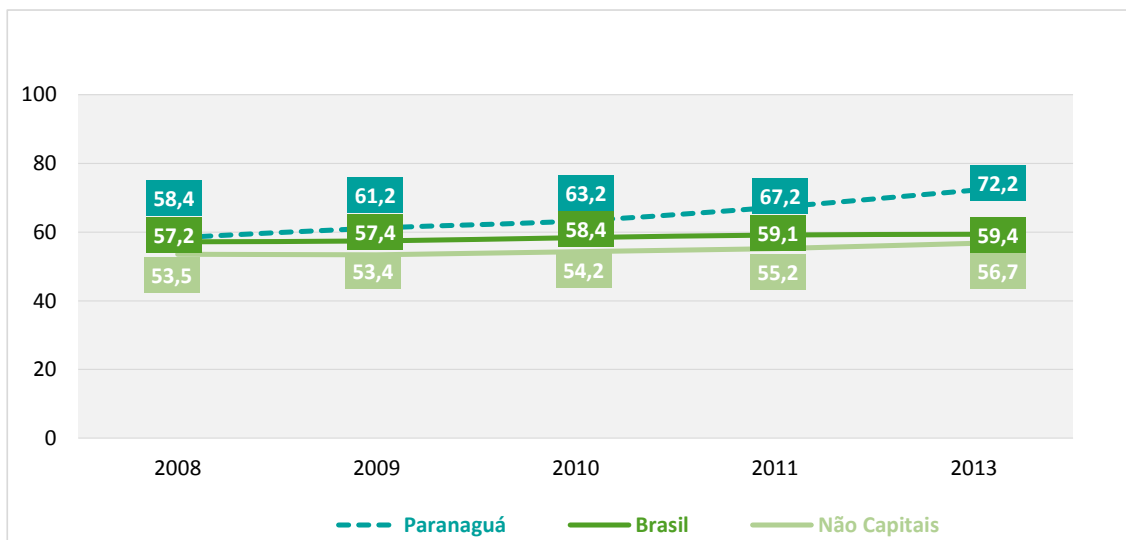
- Carência de pessoal local qualificado para trabalhar em cargos de gerência ou administrativos em hotelaria;
- Ausência de grupos de redes nacionais ou internacionais de meios de hospedagem em operação no destino até a data de conclusão do estudo de campo; e
- Presença de barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos, sinalizadas pelos entrevistados - entre elas a dificuldade de se obter licenciamento ambiental e a falta de pessoal capacitado no destino.

2.12. Aspectos sociais

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes aos *Aspectos sociais*: (i) acesso à educação; (ii) empregos gerados pelo turismo; (iii) política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; (iv) uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; e (v) cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Em *Aspectos sociais*, a média Brasil em 2013 foi de 59,4. O destino registrou 72,2 (nível 4) nessa dimensão em 2013, índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 13. Índices Aspectos sociais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 56,7 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Indicadores sociais do município, como percentual de habitantes com acesso ao ensino, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), foram alguns dos dados considerados na composição do índice da dimensão *Aspectos Sociais*.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Investimentos em educação acima do percentual obrigatório de 25%;
- Adoção de políticas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes por parte do poder público municipal;
- Existência de programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos pela população local, ações contínuas realizadas por órgãos municipais, como o Conheça Paranaguá;
- Sensibilização dos cidadãos sobre a importância da atividade turística para o destino – também como parte do programa Conheça Paranaguá – e do turista

para o respeito à comunidade local e para a preservação do meio ambiente, quando da alta temporada, no desembarque na Ilha do Mel;

- A população costuma ser consultada sobre atividades ou projetos turísticos por meio do conselho municipal de turismo; e
- Envolvimento da comunidade local com a atividade turística do próprio Comtur e da participação de associações de moradores, de pescadores e de segmentos de empresários.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, estão:

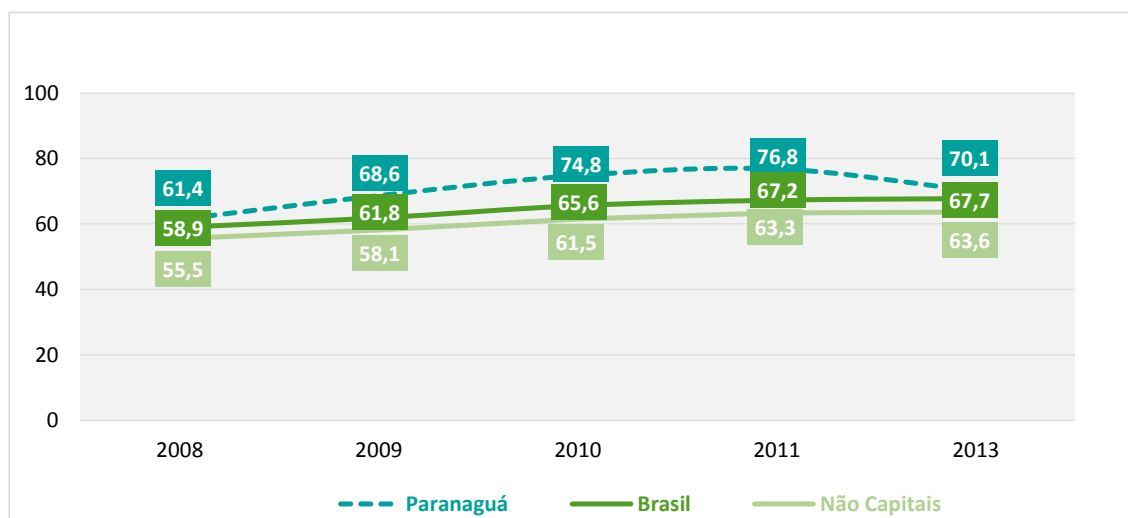
- Utilização de mão de obra informal durante a alta temporada, segundo relatos obtidos em campo;
- Inexistência de programa específico de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

2.13. Aspectos ambientais

Para avaliar a dimensão *Aspectos ambientais* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura e legislação municipal de meio ambiente; (ii) atividades em curso potencialmente poluidoras; (iii) rede pública de distribuição de água; (iv) rede pública de coleta e tratamento de esgoto; (v) coleta e destinação pública de resíduos; e (vi) unidades de conservação no território municipal.

Em *Aspectos ambientais*, a média Brasil em 2013 foi de 67,7. O destino registrou 70,1 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 14. Índices Aspectos ambientais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 63,6 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Há Conselho Municipal de Meio Ambiente ativo, com reuniões mensais;
- Existência de um Código Ambiental Municipal, em vigor desde 2008 e contra o qual não há ação judicial pública;
- Rede pública de distribuição de água;
- Disponibilidade de sistema público de coleta de esgoto no destino - ainda que sem configurar separador absoluto;
- Disponibilidade de serviços de coleta seletiva residencial; e
- Presença de Unidades de Conservação com atividade turística em território municipal, dentre as quais a principal é o Parque Estadual e Estação Ecológica da Ilha do Mel, que conta com conselho gestor.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, figuram:

- Presença de atividades potencialmente poluidoras, com alvará de funcionamento ou de localização no território municipal, como indústria química, área de mineração e dragagem de canais para operação do Porto;
- Ausência de estação de tratamento de água para a sua reutilização;

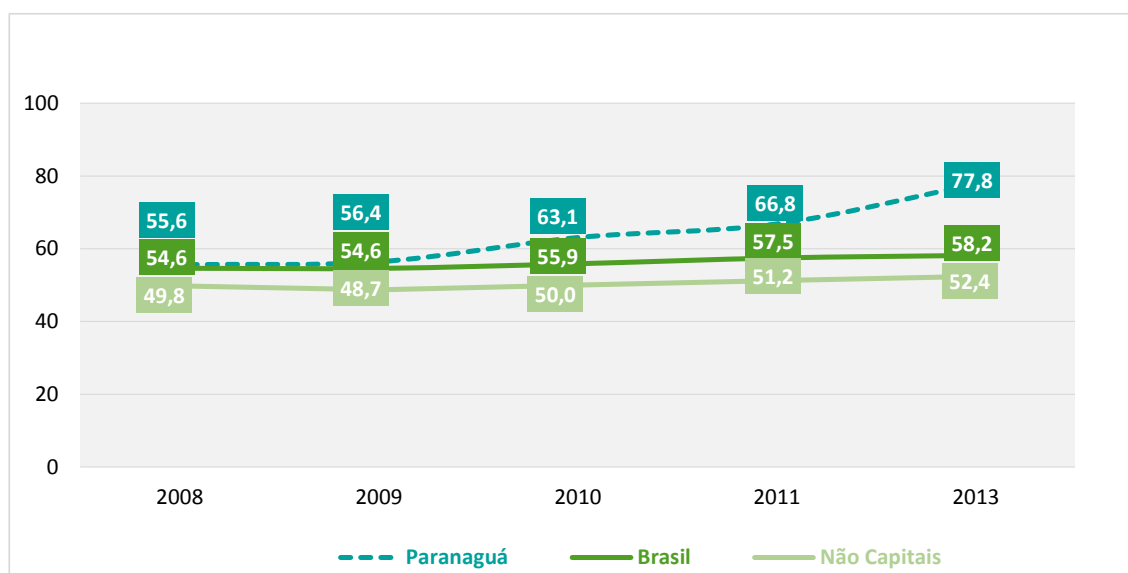
- Inexistência de campanhas educativas periódicas para o uso racional da água, não consideradas as realizadas esporadicamente em datas comemorativas;
- O sistema público de coleta de esgoto não adota configuração de separador absoluto em mais de 70% da rede;
- Destinação de resíduos sólidos residenciais e comerciais para um aterro controlado, o do Imbocuí; e
- Ausência de plano de manejo para a principal Unidade de Conservação indicada - Parque Estadual e Estação Ecológica da Ilha do Mel.

2.14. Aspectos culturais

Nesta dimensão foram considerados os seguintes quesitos: (i) produção cultural associada ao turismo; (ii) patrimônio histórico e cultural; e (iii) estrutura municipal para apoio à cultura.

Em *Aspectos culturais*, a média Brasil em 2013 foi de 58,2. O destino registrou 77,8 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 15. Índices Aspectos culturais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 52,4 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de atividade artesanal de produção de farinha de mandioca e de cestaria indígena – reconhecida em esfera local;
- Existência de culinária típica pela qual o destino é reconhecido em esfera internacional: barreado;
- Presença de tradições culturais evidentes e típicas da região onde está inserido, entre elas o modo de vida caiçara dos moradores da Baía de Paranaguá;
- Manifestações religiosas no destino, com destaque para os festejos de Nossa Senhora do Rocio, padroeira do Estado;
- Existência de comunidade tradicional no território municipal - índios guaranis na Ilha da Cotinga;
- Existência de patrimônio imaterial registrado que se constitui em atrativo turístico, para os quais se aplica política de preservação de bens culturais imateriais – caso do fandango;
- Existência de patrimônios artísticos tombados considerados atrativos turísticos, tais como: o Museu de Arqueologia e Artes Populares, a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres e a Casa da Música Brasil Itiberê, entre outros;
- Existência de 14 sítios arqueológicos tombados ou registrados pelo Iphan;
- Existência de bens tombados como patrimônio histórico, como o centro histórico de Paranaguá;
- Presença de órgão da administração local com atribuição exclusiva de incentivar o desenvolvimento da cultura; e
- O destino aplica política municipal de cultura que, entre outros benefícios, ajuda a manter um calendário de manifestações culturais.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Ausência de fundo municipal de cultura;
- Os órgãos municipais de gestão da cultura e do turismo não realizaram projetos em conjunto, à exceção de eventos, no ano anterior;

- O destino não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura; e
- Não monitoramento da utilização turística do patrimônio cultural por meio da aplicação de plano de capacidade de suporte ou carga.

3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE

A Tabela 1 apresentada a seguir, consolida os resultados gerais do destino nas dimensões avaliadas. O índice geral é o resultado da soma ponderada das 13 dimensões, analisadas segundo a sua importância para a competitividade do turismo. É possível verificar ainda os índices do Brasil e do grupo das não capitais, registrados nas últimas três edições do Índice de Competitividade.

Ao realizar uma análise sobre a série histórica dos resultados de Paranaguá, é possível concluir que, em 2013, houve evolução do indicador de competitividade do destino (Índice geral) em comparação com o ano anterior da pesquisa².

² Como explicado anteriormente, para que o município possa comparar os resultados, é importante observar que se considerou, como estabilidade do índice, um aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere que o índice evoluiu ou regrediu, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos.

Tabela 1. Índices de competitividade do destino e médias Brasil e não capitais

Dimensões	Brasil			Não Capitais			Paranaguá		
	2010	2011	2013	2010	2011	2013	2010	2011	2013
Índice geral	56,0	57,5	58,8	50,3	51,8	53,1	58,6	60,9	66,7
Infraestrutura geral	65,8	68,4	68,6	59,8	63,2	63,8	76,7	78,8	75,3
Acesso	60,5	61,8	62,6	52,3	53,1	53,8	48,3	50,6	57,9
Serviços e equipamentos turísticos	50,8	52,0	56,8	41,9	43,4	48,1	46,7	47,1	59,9
Atrativos turísticos	60,5	62,0	63,2	61,3	62,5	63,4	61,1	61,1	67,2
Marketing e promoção do destino	42,7	45,6	46,8	39,8	42,5	44,4	44,0	47,8	51,2
Políticas públicas	55,2	56,1	57,6	50,7	52,4	54,4	64,4	62,8	69,9
Cooperação regional	51,1	49,9	44,6	53,1	51,4	44,9	65,2	71,0	73,6
Monitoramento	35,3	36,7	37,4	30,0	31,2	31,9	33,0	35,5	66,8
Economia local	59,5	60,8	63,6	51,5	53,7	55,2	64,4	70,0	70,2
Capacidade empresarial	57,0	59,3	61,2	38,6	41,0	43,5	55,7	57,0	63,2
Aspectos sociais	58,4	59,1	59,4	54,2	55,2	56,7	63,2	67,2	72,2
Aspectos ambientais	65,6	67,2	67,7	61,5	63,3	63,6	74,8	76,8	70,1
Aspectos culturais	55,9	57,5	58,2	50,0	51,2	52,4	63,1	66,8	77,8

Fonte: FGV, SEBRAE, MTur, 2013

* O resultado Brasil considera a amostra das 65 cidades analisadas. Os resultados das “Não capitais” refletem a média dos índices do grupo de cidades de mesma característica geopolítica.